

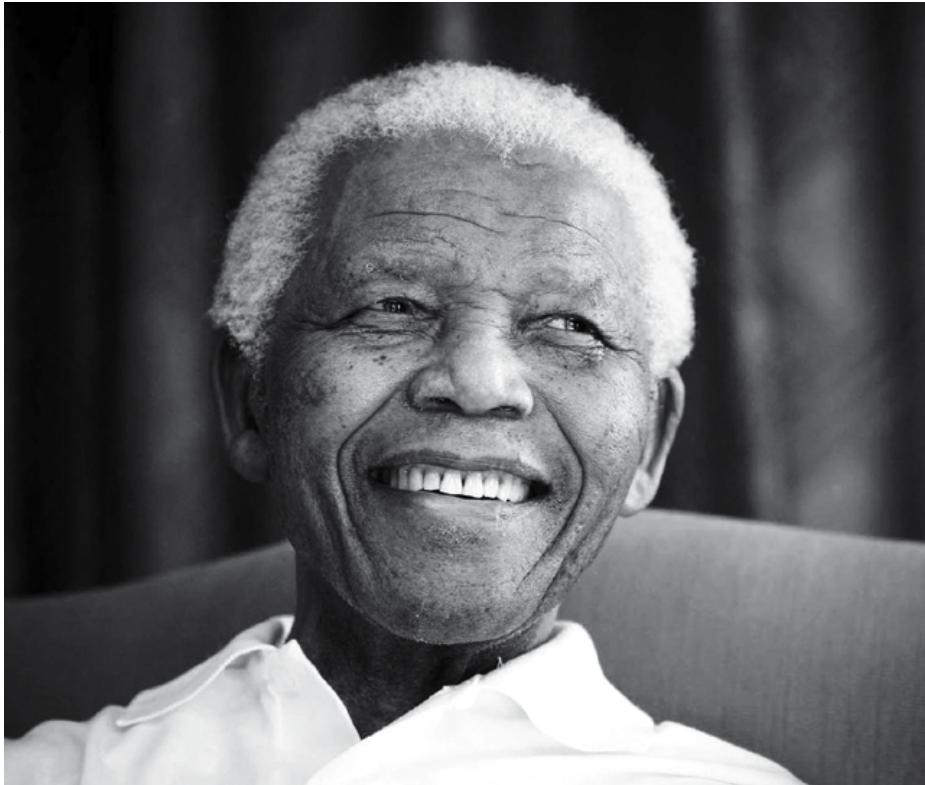
JORNAL DO SENADO

www.senado.leg.br/jornal

Ano XIX — Nº 4.006 — Brasília, sexta-feira, 6 de dezembro de 2013



Thema Grätz/Nelson Mandela Foundation



**Senadores lembram o homem
que mostrou ao mundo um
caminho para a igualdade**

Senadores manifestam pesar pela morte de Mandela

Parlamentares usaram as redes sociais para expressar admiração pela biografia do líder sul-africano, saudado como um dos maiores defensores da liberdade, dos direitos humanos e da igualdade racial

MORREU ONTEM, EM Joanesburgo, aos 95 anos, o ex-presidente da África do Sul e vencedor do prêmio Nobel da Paz, Nelson Mandela. O Senado deve aprovar hoje voto de pesar e solidariedade ao povo sul-africano.

Logo após o anúncio da morte, senadores começaram a manifestar pesar por meio das redes sociais, declarando admiração pelo homem que combateu o apartheid.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, divulgou mensagem em que ressalta "o defensor da liberdade e dos direitos humanos em todo o mundo" (*leia abaixo*).

Jorge Viana (PT-AC) afirmou que o mundo perdeu um dos seus maiores líderes. Ele lembrou que Mandela foi considerado um guerreiro pelo povo e tido como terrorista pelo governo do seu país, e passou quase três décadas na cadeia.

— O mundo tem uma imensa dívida com esse líder que nos legou a lição de que as nações só podem ser grandes se forem igualitárias e banirem todas as formas de racismo e de preconceito — frisou Viana.

Paulo Paim (PT-RS) disse que Mandela deixa ideais que serão referência na luta por um mundo mais justo e de respeito aos direitos humanos. Autor da proposta que gerou o Estatuto

Queen of Cow's Blog



Ex-presidente da África do Sul, Nelson Mandela, falecido aos 95 anos

da Igualdade Racial, Paim disse que o texto teve por base a Carta de Liberdade elaborada pelo Congresso Nacional Africano (CNA), partido do qual Mandela fez parte.

Ana Rita (PT-ES) disse que Mandela deixa um grande legado para a humanidade na defesa dos direitos humanos, da população negra e de todos aqueles que sofrem preconceito por racismo.

Delcídio do Amaral (PT-MS) afirmou que o mundo perdeu "o homem que foi o grande inspirador de uma África democrática, exemplo em todos os sentidos".

Delcídio citou declaração de Mandela: "Ninguém nasce

odiando outra pessoa pela cor de sua pele, ou por sua origem, ou sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se elas aprendem a odiar, podem ser ensinadas a amar".

Para Eduardo Braga (PMDB-AM), "o mundo lamenta a morte de Mandela, um dos maiores defensores da democracia e da igualdade da nossa história".

Inácio Arruda (PCdoB-CE) afirmou que Mandela conseguiu conduzir seu país com maestria para a prosperidade e a paz. "Viva o libertador da África do Sul!", saudou.

Já Acir Gurgacz (PDT-RO) afirmou que o líder sul-africano deixou um grande legado e muitos ensinamentos.

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) destacou o exemplo pacífico. "Madiba ensinou um povo a amar o próximo independente da cor de sua pele, da sua origem ou da sua religião", disse.

Lídice da Mata (PSB-BA) lembrou a luta pela igualdade racial. Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP) disse que ele era admirado por sua luta por justiça e democracia. Cristovam Buarque (PDT-DF) acrescentou que ele era coerente, honesto, tolerante, resistente e lúcido. Blairo Maggi (PR-MT) chamou-o de "defensor da paz". Para Pedro Simon (PMDB-RS), foi um "homem que fez diferença na história da civilização".

O homem que venceu o apartheid e ganhou o Nobel da Paz

Um dos maiores estadistas do século 20, Nelson Rolihlahla Mandela nasceu em Mvezo, em 18 de julho de 1918. Mandela, o quarto de treze filhos, perdeu o pai aos 12 anos e estudou em uma escola missionária metodista.

Em 1939, ele foi um dos 50 negros a cursar a Universidade de Fort Hare, também cristã. Envolveu-se então na política e mudou-se para Joanesburgo. Estudante de Direito, aderiu aos movimentos pelo fim do apartheid, o regime político sul-africano que privilegiava a minoria branca e negava direitos políticos, sociais e econômicos aos negros.

Em 1942, uniu-se ao Congresso Nacional Africano (CNA). No início, comprometidos apenas com atos pacíficos, Mandela e os companheiros recorreram às armas após o massacre de Sharpeville, em 1960, quando a polícia atirou em manifestantes negros desarmados, matando 69 pessoas.

Em 1961, Mandela passou a comandar o braço armado do CNA e, em 1964, foi sentenciado à prisão perpétua. Na prisão, tornou-se o principal símbolo da luta contra o regime racista. Manifestações pela libertação corriam o mundo, o que só aconteceu em 1990,

depois de 27 anos, por ordem do presidente Frederik Willem de Klerk, que sucedeu o violento Pieter Botha.

Após a libertação, Mandela, então com 72 anos, assumiu a liderança da reconstrução da África do Sul. Foi eleito presidente em 1994 e governou o país até 1999. Em 1993, com de Klerk, recebeu o Nobel da Paz.

"Tenho lutado contra a dominação branca, mas não pela dominação negra. Tenho acolhido o ideal de uma sociedade democrática e livre na qual todas as pessoas vivam juntas, em harmonia e com oportunidades iguais", disse, ao ser libertado.

Renan Calheiros lamenta falecimento

Mensagem é dirigida ao Presidente do Conselho Nacional de Províncias da África do Sul

Foi com sentimento de profundo pesar que recebemos a notícia do falecimento do ex-presidente Nelson Mandela, pai da pátria sul-africana, defensor da liberdade e dos direitos humanos em todo o mundo. Em nome do Congresso Nacional e em meu próprio de-

aos membros do Parlamento e ao povo sul-africano, amigo e parceiro do Brasil, nossas mais profundas condolências.

A defesa incessante das causas mais nobres da humanidade pelo presidente Mandela, sua estatura política e sua obra em prol da justiça e da democracia permanecerão, para sempre, na memória

de todos os povos e nos anais da história contemporânea.

Neste momento de dor e de pesar, o povo irmão da África do Sul conta com a plena solidariedade do povo brasileiro, representado no Congresso Nacional.

Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal

Casildo pede isenção de imposto para facilitar locomoção

Projeto com o objetivo de possibilitar a pessoas com deficiência o acesso a equipamentos para facilitar a locomoção foi apresentado por Casildo Maldaner (PMDB-SC).

O senador sugere isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e de contribuições (Cofins e Pis-Pasep) de equipamentos especiais e, geralmente, caros, como bancos móveis, rampas elétricas e guinchos.

— As pessoas com deficiência devem receber ações e serviços para amenizar as dificuldades enfrentadas, de maneira a promover sua inserção social — disse.

Casildo lembrou que os automóveis destinados a pessoas com dificuldade de locomoção já são isentos de impostos.

Ana Rita comemora aposentadoria especial a deficientes

A regulamentação da aposentadoria especial para pessoas com deficiência foi comemorada por Ana Rita (PT-ES). O decreto sobre a Lei Complementar 142/2013, que garante o direito, foi assinado no dia 3.

— A regulamentação marca a disposição do Senado de aprovar leis que incidem diretamente na vida das pessoas, principalmente as que têm peculiaridades e precisam ser alvo de políticas diferenciadas — disse.

A senadora pediu o apoio dos colegas para a aprovação do PLS 145/2012, que busca facilitar ao adquirente de imóvel na planta a solicitação de adaptação; e ao PLS 147/2012, que trata da adaptação de veículos de transporte coletivo.



Lia de Paula/Agência Senado



Ao lado de Alvaro Dias (E), Roberto Requião apresenta assinaturas para a criação de comissão de inquérito

Requião solicita instalação de CPI do transporte

Senador entregou ontem requerimento com as assinaturas pedindo a criação de uma comissão que investigue a razão das elevadas tarifas em todo o país e apontou irregularidades no setor

O SENADOR ROBERTO Requião (PMDB-PR) protocolou ontem requerimento com 38 assinaturas solicitando a criação de uma CPI dos transportes no Senado. O principal objetivo da comissão, que precisa de 27 assinaturas para ser criada, será investigar a razão das elevadas tarifas de transporte coletivo urbano em todo o país e verificar que medidas podem ser tomadas pelo poder público para equacionar essa questão.

Na justificativa do requerimento, Requião apontou irregularidades que têm sido praticadas em detrimento da população e que têm contribuído para a elevação das tarifas, entre elas, os vícios em processos licitatórios que inibem a concorrência, vícios na condução dos contratos e falta de publicidade das planilhas de custos que permitiriam uma avaliação correta da relação

entre os custos e as tarifas do transporte.

O senador criticou a posição da administração pública de conceder subsídios tributários e tarifários para o setor sem a realização de estudos de adequação econômica e afirmou que esses subsídios são desproporcionais aos benefícios sociais, uma vez que eles têm sido dados com fim muito mais de elevar o lucro dos empresários do que de promover uma redução proporcional da tarifa.

— Trata-se de um esquema de drenagem de recursos públicos e dos pobres para mãos empresariais — protestou.

Manifestações

Requião disse que as manifestações que ocorreram em diversas cidades brasileiras este ano comprovam o interesse da sociedade por transporte urbano mais barato e de

melhor qualidade.

— Espero que a Mesa, rapidamente, dê consequência a esse processo. Sem espetáculos: não estamos procurando holofotes; estamos escutando a voz das ruas e tentando dar uma solução definitiva para o problema do transporte público do Brasil — disse.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, ordenou que o requerimento seja enumerado para publicação na próxima terça-feira.

A CPI será integrada por 13 senadores titulares e sete suplentes, e terá prazo de seis meses de atividades legislativas (excluídos os dias de recesso parlamentar). As investigações devem focalizar, prioritariamente, as capitais dos estados, as regiões metropolitanas, o Distrito Federal e os municípios com população superior a 200 mil habitantes.

Paulo Paim defende investimento em energia de carvão

Paulo Paim (PT-RS) registrou a realização, na próxima sexta-feira, do leilão para contratação de energia hidrelétrica, de biomassa e termelétrica destinada ao sistema interligado nacional.

Ele lembrou que o Brasil conta com 12 termelétricas à base de carvão e dessas, quatro estão no Rio Grande do Sul, onde há uma grande região carvoeira, que produz 89% das reservas nacionais.

O senador afirmou que o país já dispõe de tecnologia que atende os requisitos ambientais para exploração de carvão em usinas.

— Em nome de milhares de empregos é que eu faço apelo para que, no leilão ora previsto, seja consagrada a possibilidade de o carvão entrar com destaque, atendendo aquela região tão importante para o nosso estado. — afirmou.

Jucá critica decisão judicial que suspende linhão de Tucuruí



O senador Romero Jucá (PMDB-RR) criticou decisão da Justiça Federal no Amazonas que suspendeu as obras do linhão que vai levar energia da usina de Tucuruí para Roraima, que atualmente depende de energia da Venezuela e vem sofrendo com os apagões no país vizinho.

O estado será, então, interligado ao sistema integrado nacional e receberá energia de qualquer parte do país.

— Eu espero sinceramente que a AGU e a Eletronorte ingressem com recurso rapidamente aqui em Brasília, e o Tribunal Regional da 1ª Região possa cassar essa decisão, que prejudica o estado de Roraima — afirmou.

Ângela afirma que interrupção prejudica população de Roraima



Ângela Portela (PT-RR) disse ontem que a crise energética na Venezuela e a recente interrupção das obras do ramal que levará energia de Tucuruí para Roraima têm causado transtornos à população. A obra do chamado linhão de Tucuruí foi interrompida pela Justiça Federal, a pedido do Ministério Público, sob a alegação de que deveria ser precedida de uma consulta aos povos indígenas afetados.

Ela disse que a consulta já deveria ter sido feita e lembrou que a obra, orçada em R\$ 1,5 bilhão, já alcança R\$ 2 bilhões e pode ficar ainda mais cara. Ela fez um apelo para que os pedidos da Justiça sejam atendidos e obra seja concluída até 2015, como previsto.

Lindbergh teme efeito dos preços das passagens aéreas no turismo

O Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur) comemorou ontem a chegada de 6 milhões de turistas estrangeiros ao Brasil desde janeiro. No ano passado, foram 5,7 milhões de visitantes de outros países. A expectativa é de que em 2014, com a Copa do Mundo, sejam 7 milhões de turistas.

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Lindbergh Farias (PT-RJ), está, no entanto, preocupado com os altos preços das passagens aéreas no Brasil.

Lindbergh lembrou que há alguns dias a comissão reuniu especialistas para discutir o que leva as empresas



aéreas nacionais a cobrarem, em voos nacionais, tarifas superiores às de viagens internacionais. No debate, o presidente da Embratur, Flávio Dino, disse que entre 2005 e 2012 as passagens aéreas subiram 146% acima da inflação.

— O trecho de São Paulo a Brasília está muito mais caro do que o trecho de São Paulo a Buenos Aires, na Argentina — comparou.

O senador disse que essa é uma questão a ser tratada com especial atenção, uma vez que o Brasil pode passar ao mundo a imagem de ser um país caro e assim espantar os turistas.

Congresso devolve simbolicamente mandato de Jango

O Orçamento da União deve ser aprovado ainda neste ano, estima o presidente do Senado, Renan Calheiros. Segundo ele, serão abertas duas sessões do Congresso, uma no dia 10 e outra no dia 17, para reduzir a pauta, com a declaração das matérias prejudicadas e a votação de vetos e, na sequência, a votação do Orçamento. Outra prioridade, segundo ele, será a votação de créditos para os estados.

— É muito importante a votação neste ano para que, nos primeiros meses do ano que vem, o Orçamento já seja executado — avaliou.

O argumento usado foi o de que João Goulart havia fugido do Brasil, mas ele estava em Porto Alegre, segundo testemunhas — entre elas, Pedro Simon (PMDB-RS).

Raupp celebra maior capacidade de geração em hidrelétrica



O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) saudou ontem a decisão de aumentar a capacidade de geração da Hidrelétrica de Santo Antônio.

Para ele, é um “gol de placa”

para Acre e Rondônia, pois suprirá o consumo de energia de 5 milhões de pessoas.

Raupp destacou a importância

da construção das Hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio,

que considera essenciais para a Amazônia.

— No passado tinha uma crise de energia. Agora, Rondônia vai abastecer o Brasil, porque são mais de 7 mil megawatts produzidos em Santo Antônio e Jirau, no Rio Madeira, em Rondônia, para reforçar a energia elétrica do Brasil — comemorou.

Osvaldo Sobrinho pede ajuda para cidades afetadas por usina

Osvaldo Sobrinho (PTB-MT) fez um apelo ao governo federal e ao governador de Mato Grosso, Silval Barbosa, para que atendam os municípios de Alta Floresta e Apiacás, em situação de emergência devido ao aumento da população causado pela construção de usina hidrelétrica no Rio Teles Pires.

Para o parlamentar, a riqueza e desenvolvimento de Mato Grosso não podem ser construídos sobre o sacrifício das duas cidades, que estão sem condições de oferecer habitação e serviços médicos e educacionais à população.

Sobrinho informou que Apiacás passou de 10 mil para 20 mil habitantes, e Alta Floresta, de 18 mil para 70 mil.

Senadores tentam garantir benefício a seringueiros

Conhecidos como soldados da borracha, seringueiros convocados para esforço de guerra criticam proposta do governo de desvincular benefício do salário mínimo e querem equiparação a ex-combatentes

A CHAMADA PEC dos Seringueiros (PEC 61/2013) mobilizou ontem representantes do governo Dilma Rousseff e de sindicatos de trabalhadores, em audiência pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Durante a audiência, ficou acertado que senadores de estados da Amazônia vão se reunir na terça-feira para tentar fechar um acordo em favor dos soldados da borracha, que reivindicam benefícios iguais aos concedidos aos expedicionários que lutaram na Segunda Guerra. Durante o conflito, eles foram recrutados para trabalhar como seringueiros, como parte do esforço de guerra do país, que incluiu o compromisso de fornecer látex para pneus de veículos usados pelas Forças Aliadas.

O anúncio do encontro foi feito pelo senador Anibal Diniz (PT-AC), que é relator da Proposta de Emenda à Constituição 61/2013 e propôs a audiência, que reuniu representantes sindicais dos seringueiros e, pelo governo, integrantes da

Casa Civil e do Ministério da Previdência. Junto ao público, vindo do Acre e de Rondônia, estava um pequeno grupo de soldados da borracha, hoje em idade avançada. Um deles, José Soares, de 90 anos, saiu do Nordeste para trabalhar num seringal no Acre, onde chegou aos 20 anos.

— Perdi minha mocidade dentro da mata e agora espero por auxílio, pois fui convocado para a guerra. Não falo mais por mim, mas para ajudar minha família — apelou o idoso.

Ponto controverso

De acordo com a PEC 61, o benefício atualmente pago, de dois salários mínimos, equivalente a R\$ 1.356, seria elevado para R\$ 1.500. Porém, o valor seria desvinculado do salário mínimo.

Se equiparados aos ex-combatentes, eles teriam direito a uma pensão correspondente à de segundo-tenente das Forças Armadas, no valor de R\$ 4.470 mensais. A proposta que trata da equiparação é a PEC 556/2002, também da Câmara,

da então deputada Vanessa Grazziotin, hoje senadora pelo PCdoB do Amazonas.

O diretor jurídico do Sindicato dos Soldados da Borracha e Seringueiros de Rondônia, Antônio Augusto Souza Dias, disse que o governo, ao invés de apoiar essa proposta, articulou com seu líder na Câmara, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), o texto que foi aprovado e encaminhado ao Senado. Na entrevista depois da audiência, Anibal Diniz afirmou que acordo no Senado dificilmente contemplará os mesmos benefícios da PEC 556/2002.

— Não posso vender essa ilusão. Se ela for votada nesses termos, acabará sendo vetada e tudo voltará à estaca zero — afirmou o relator.

Os senadores Valdir Raupp (PMDB-RO), Acir Gurgacz (PDT-RO) e João Capiberibe (PSB-AP) se comprometeram a buscar uma solução em favor dos soldados da borracha. O líder do governo, Eduardo Braga (PMDB-AM), também se colocou à disposição para interceder pelos seringueiros.



Benedito de Lira, presidente da CRA, ouve relato de Silas Brasileiro sobre a crise

Comissão busca soluções para crise na cafeicultura nacional

Preocupados com a redução da participação do café brasileiro no mercado mundial, com as seguidas quedas do preço do produto e com os prejuízos causados nas lavouras pelas geadas de julho e agosto, os senadores da Comissão de Agricultura (CRA) discutiram ontem com autoridades do setor medidas para ajudar os cafeicultores a superarem a má fase.

Como ação emergencial, foi apontado o aumento dos recursos do programa de Aquisição do Governo Federal (AGF), acionado sempre que o preço de mercado fica abaixo do preço mínimo, definido pelo governo. Também foi discutida a ampliação da recuperação de lavouras e dos investimentos em armazéns, para que os produtores possam esperar pela melhoria dos preços.

Além disso, o governo federal começou a incentivar a diversificação da produção.

— Nós estamos trabalhando para lançar, em 2014, o Plano de Reversão da Atividade, com investimentos para que, quando houver uma crise, haja uma porta de saída com dignidade — afirmou o diretor do Departamento do Café da Secretaria de Produção do

Ministério de Agricultura, Jânio Zeferino da Silva. Ele desaconselhou o aumento das áreas de produção de café no momento e informou que o governo já corrigiu o preço mínimo e iniciou a renegociação das dívidas dos produtores.

O presidente do Conselho Nacional do Café, Silas Brasileiro, explicou que os problemas atuais resultam da queda nas vendas aos Estados Unidos e a países europeus, que reduziram estoques por causa da crise na economia mundial. Também o aumento da produção nos países asiáticos tem restringido o mercado do produto brasileiro.

— O Vietnã produz 39 sacos por hectare e não tem nenhuma legislação trabalhista. Lá trabalham crianças, senhoras, sem registro, sem nenhum respeito ao meio ambiente — disse, ressaltando que a produtividade média no Brasil, que tem rígida legislação trabalhista e ambiental, está em torno de 21 sacos.

Sérgio Souza (PMDB-PR) observou que a cafeicultura é uma atividade de relevância não apenas econômica, mas também social, pelo número de empregos que gera.



Anibal Diniz (C) preside a audiência pública para instruir a análise da PEC dos Seringueiros, da qual é relator no Senado

Anibal Diniz celebra autorização de empréstimo para o estado do Acre

Anibal Diniz (PT-AC) comemorou, na quarta-feira, a aprovação, pelo Plenário do Senado, de empréstimo externo de US\$ 250 milhões para o estado do Acre. O empréstimo, que será assinado com o Banco Mundial (Bird), havia sido aprovado pela manhã na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e foi votado em regime de urgência pelo Plenário.

— O valor do crédito é de muita importância para dar prosseguimento ao fortalecimento do programa de modernização da gestão e de fortalecimento

das políticas públicas do governo do Acre — celebrou.

O senador ressaltou que o estado conseguiu a aprovação do crédito porque se organizou financeiramente. De acordo com ele, para que a conquista fosse possível, o governo do estado teve que transpor vários obstáculos ao longo dos últimos anos.

Anibal elogiou ainda iniciativa do governo acriano que entregou, na quarta-feira, por meio da Secretaria de Estado de Pequenos Negócios, equipamentos para que 1.500 pessoas abram a própria empresa.

Alvaro Dias reprova desempenho atual da economia brasileira

O desempenho atual da economia brasileira é apenas uma “crônica do fracasso anunciado”, disse Alvaro Dias (PSDB-PR), criticando as frequentes previsões equivocadas feitas pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega.

— O desempenho medíocre que a gestão Dilma Rousseff tem entregado aos brasileiros é fruto de um experimento equivocado e malsucedido empreendido pelo governo federal. A única coisa que ele conseguiu foi colocar o Brasil entre

as economias de pior desempenho no mundo. Mas o nosso modelo é mais ruinoso do que outros pelo planeta afora: produz não apenas crescimento baixo, como também inflação regada a taxas de juros elevadíssimas — disse.

Para o senador, o governo errou ao desprezar o modelo econômico iniciado com o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, o qual ajudou o país a realizar uma lenta, porém persistente travessia rumo a uma economia mais próspera e estável.

Sérgio Souza critica análises negativas sobre situação do país

As expectativas negativas estão longe da realidade brasileira, que melhorou muito nos últimos anos, disse Sérgio Souza (PMDB-PR).

O senador reconheceu que o país precisa melhorar em setores como saúde, educação e infraestrutura, mas criticou análises segundo as quais o Brasil está à beira do caos econômico.

Para o senador, o governo errou ao desprezar o modelo econômico iniciado com o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, o qual ajudou o país a realizar uma lenta, porém persistente travessia rumo a uma economia mais próspera e estável.

Souza disse que nos

muito alta. Hoje, segundo ele, os alimentos estão muito mais acessíveis à população, o Brasil é um grande exportador de alimentos e tem o pleno emprego. Também lembrar que este ano foi criado o Programa Mais Médicos.

Nos últimos anos, o poder de compra do salário mínimo subiu bastante, o Bolsa Família tirou 36 milhões de pessoas da pobreza, a taxa de mortalidade infantil caiu significativamente e a expectativa de vida da população subiu.



Pedro França/Agência Senado

Ficou pronto anteprojeto da Lei de Execução Penal

Comissão de juristas entregou a Renan Calheiros o trabalho iniciado na última gestão de José Sarney como presidente do Senado. Sérgio Souza será o relator do projeto a ser feito a partir do documento

EM DISCURSO DURANTE a cerimônia de entrega do anteprojeto de lei para a reforma da Lei de Execução Penal (Lei 7.210/1984), elaborado pela comissão especial de juristas presidida pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Sidnei Beneti, o presidente do Senado, Renan Calheiros, ressaltou que, enquanto o Brasil tem a quarta maior população carcerária do mundo, a Suécia desativou recentemente quatro presídios e um centro de detenção por falta de prisioneiros. Renan explicou que isso foi possível, principalmente, pelos investimentos suecos em reabilitação social e em penas alternativas.

Renan afirmou que o sistema prisional, para funcionar bem, deve ser transparente e equilibrado, oferecendo condições para que a pena cumpra o papel punitivo, repressivo, preventivo e de reintegração social.

— O nosso sistema carcerário tem um déficit de 240 mil vagas e existem mais de



Renan, com o anteprojeto, Sidnei Beneti, José Sarney e Maria Tereza Gomes

200 mil ordens de prisão a cumprir — destacou.

Renan Calheiros chamou a atenção para o crescimento vertiginoso da população carcerária no Brasil. O presidente do Senado disse que, atualmente, as cadeias públicas guardam mais de 500 mil detentos, sendo quase a metade de presos provisórios. “Esse número revela um assustador índice de criminalidade, que se apresenta ainda mais alarmante se for considerado o alto índice de delitos impunes,” afirmou.

Durante o evento, Sidnei Beneti agradeceu ao ex-presidente do Senado José Sarney (PMDB-AP), que designou à época a comissão de juristas que elaborou o anteprojeto.

Sarney esteve no encontro, assim como os líderes do PMDB, Eunício Oliveira (CE), e do governo no Congresso, José Pimentel (PT-CE), a relatora do anteprojeto, Maria Tereza Uille Gomes, e o senador Sérgio Souza (PMDB-PR), designado relator do projeto que será elaborado a partir do anteprojeto.

Proposta privilegia a reinserção social

Redução do número de detentos por cela, plano de educação para presos e incentivo às penas alternativas são algumas das propostas do anteprojeto de Lei de Execução Penal, relatado pela secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Paraná, Maria Tereza Uille Gomes.

A mudança da lei, que trata das regras para o cumprimento de sentenças e dos direitos e deveres dos condenados, pode ajudar a mudar a realidade do sistema prisional. Os juristas discutiram temas como a superlotação do

sistema prisional; problemas como racionamento de água, comida estragada, falta de medicamentos e humilhações; a extinção do alvará de soltura; a duração da prisão preventiva; a criação de um rol de penas alternativas; e novas regras para as saídas temporárias.

Entre as novidades, o texto traz um limite de lotação para cada penitenciária, facilita a obtenção de regime aberto para os presos mais antigos e fixa novas regras para as saídas temporárias. Maria Tereza explica que o objetivo é a reinserção social dos condenados.

Para isso, a comissão propõe a substituição das casas de abrigado pela prisão domiciliar combinada com prestação de serviços comunitários.

Para evitar a permanência na cadeia depois de cumprida a pena, o relatório cria um sistema de advertência, que obriga o diretor do presídio a informar o juiz sobre o benefício com 30 dias de antecedência.

Na avaliação de Maria Tereza, um dos maiores avanços está na inclusão das secretarias estaduais no conselho que define as políticas do setor.

Souza ressalta importância da ressocialização dos presos

O senador Sérgio Souza (PMDB-PR) cumprimentou os membros da comissão de juristas que trabalhou na atualização da Lei de Execução Penal (LEP). Ele acredita que o Senado entregará ao povo brasileiro uma norma avançada, à altura dos anseios da sociedade brasileira por paz e por segurança.

Para Souza, o ideal seria que o país fosse dotado de um sistema penitenciário em que o egresso voltasse ao convívio social como uma pessoa melhor, decidida a trabalhar e a viver em paz, sem querer cometer novos crimes.

— Toda a concepção da pena é dirigida para esse objetivo — afirmou.

Mozarildo aponta “apagão de competência” em Roraima

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) criticou ontem o governo de Roraima pelo que chamou de “apagão de competência”. Segundo ele, falta responsabilidade diante do aumento da violência e do atraso de salário no setor de saúde. Mozarildo também cobrou a investigação de denúncias de que autoridades, incluindo o governador, estariam envolvidas em esquema de pedofilia.

— Uma indignidade que precisa ser apurada, senão vamos conviver com essa permanente sensação de injustiça.



Valadares destaca parecer ao projeto sobre a Lei de Drogas

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) destacou ontem os principais pontos do parecer favorável ao projeto que reformula a Lei de Drogas (PLC 37/2013). Segundo o senador, o texto determina mais investimentos em ações preventivas, torna mais racional a repressão às substâncias ilícitas e dá ênfase à atenção aos usuários e ao tratamento de dependentes, o que mostra a necessidade de tratar o tema como questão de saúde pública, com prioridade no tratamento ambulatorial.

— A nova configuração que se pretende dar às políticas sobre drogas faz avançar o tratamento que o país dá ao problema — disse.

Osvaldo Sobrinho defende juiz federal de Mato Grosso

Osvaldo Sobrinho (PTB-MT) defendeu anteontem o juiz Julier Sebastião da Silva, que atua na 1ª Vara Federal de Mato Grosso, suspeito de beneficiar um grupo de empresários. Ele disse respeitar a trajetória de “independência e desassombro” do magistrado e pediu que se assegure “o direito da presunção de inocência”.

— Apelo à maioria sensata para que não se deixe contaminar por uns poucos que tentam manipular uma suspeita, em desmonte de uma biografia honrada.

Relatora propõe fim da tomada de preços e da carta-convite

O fim da carta-convite e da tomada de preços é previsto na proposta de reforma da Lei 8.666/1993 (Lei de Licitações), apresentada ontem por Kátia Abreu (PMDB-TO) no relatório final da comissão especial temporária criada para tratar do assunto.

Para a senadora, o interesse que o assunto de compras públicas desperta é traduzido pelos mais de 500 projetos em tramitação a respeito no Congresso Nacional. Por isso, ela afirmou que fez questão de ouvir todos os representantes da sociedade civil interessados em contribuir com a proposta.

— A partir desta comissão, teremos oportunidade em outras comissões de fazer as emendas e de contribuir até chegar ao Plenário. É uma matéria complexa que pode gerar muitas dúvidas, pois sempre há os prós e os contras, mas temos que ver o Brasil como um todo. Na medida possível, tentamos contemplar quase que 100% das solicitações — afirmou.

Concorrência

O texto, que será votado na próxima quinta, estimula o pregão e a concorrência e mantém a realização de concurso e leilão como condições prévias para a contratação pelo setor público.

Na modalidade pregão, obrigatória para a contratação de bens, serviços e obras



Ao lado de Moka e Vital, Kátia Abreu lê relatório para nova Lei de Licitações

Convidado de reunião promovida pelo Projeto Quintas Femininas afirma que a solução está na educação desde a tenra infância e na participação efetiva dos homens no combate ao problema

Geraldo Magela/Agência Senado



Especialista em saúde coletiva, Marcos Nascimento fala sobre o papel dos homens no fim da violência contra as mulheres

Violência contra a mulher é global e indiscriminada

A VIOLENCIA CONTRA as mulheres não é um problema só delas, mas uma questão social, de direitos humanos e de saúde pública. Não é exclusividade do Brasil, está presente em países ricos e pobres e em todas as classes sociais e religiões. O alerta foi feito pelo doutor em Saúde Coletiva e coordenador-adjunto do Centro Latino-Americano de Sexualidade e Direitos Humanos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), Marcos Nascimento, convidado de ontem do projeto Quintas Femininas.

Para combater o problema, o pesquisador defendeu a participação efetiva dos homens e o investimento em educação, com a abordagem do tema nas escolas.

— É preciso pensar a relação

entre masculinidade e violência. Mostrar-se agressivo e violento é aprendido na mais tenra infância. Na idade adulta, essa violência acaba sendo usada para a solução de conflitos. Por isso acredito na educação. Se quisermos transformar a realidade, tem que ser pela educação — afirmou Nascimento, depois de lembrar que os homens são maioria da população carcerária e os que mais matam e morrem por causa da violência.

A palestra foi realizada para marcar o Dia do Laço Branco, criado há 24 anos no Canadá, depois que o jovem Marc Lépine, de 25 anos, entrou armado numa sala de aula de uma escola de Montreal, mandou que os homens saíssem e atirou contra as alunas e a professora, sob a alegação

de que odiava feministas.

Marc suicidou-se logo em seguida e deixou uma carta com uma lista de 19 feministas que ele pretendia matar. Desde então, homens canadenses lançaram a campanha para mostrar ao mundo que, apesar de existirem aqueles que agredem mulheres, há também os que repudiam e não se calam diante da violência. O movimento ganhou o mundo e está presente hoje em mais de 50 países, inclusive no Brasil.

O Quintas Femininas é promovido pela Procuradoria Especial da Mulher do Senado e pela Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados. Criado em outubro, o projeto traz mensalmente um convidado para falar sobre temas relativos aos direitos das mulheres e ao seu papel na sociedade.

Mudança de nome de transexuais terá urgência

Foi aprovado anteontem requerimento de urgência do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) para a votação em Plenário do projeto de lei da Câmara que garante às pessoas transexuais o direito de alterar o registro de nascimento para incluir seu nome social na certidão (PLC 72/2007).

A proposta, aprovada em novembro na Comissão de Constituição e Justiça, modifica

a Lei de Registros Públicos (LRP — Lei 6.015/1973), que hoje só permite a mudança do primeiro nome no caso de o cidadão ser conhecido por apelido público notório ou sofrer coação ou ameaça ao colaborar com investigação criminal.

Para ser realizada, entretanto, a alteração depende de autorização judicial.

O projeto, do ex-deputado

Luciano Zica, pretende adequar a certidão de nascimento à realidade psicossocial da pessoa transexual. Embora exija laudo de avaliação médica atestando essa condição, a inclusão do nome social seria admitida mesmo sem o interessado ter feito cirurgia para mudança de sexo. A modificação do registro civil também dependeria de liberação da Justiça.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portela
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos,
 João Durval, Casildo Maldaner
Diretor-geral: Helder Rebouças
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Paulo Paim destaca realização de Fórum de Direitos Humanos

Paulo Paim (PT-RS) destacou a realização, de 10 a 13 deste mês, em Brasília, do Fórum Mundial de Direitos Humanos, promovido pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.



soluções para esses e outros problemas ligados aos direitos humanos.

O senador informou que, no dia 12, coordenará um dos debates do fórum, sobre o custo de vida dos idosos, tema que ele próprio propôs.

— Rapidamente, estaremos entre os quatro países com mais idosos do mundo. A questão é saber se num curto período de tempo o Brasil, que tem uma distribuição tanto de renda como de serviços sociais notavelmente injusta, é capaz de enfrentar com êxito esse desafio. Espero que sim — disse.

Mais dois projetos de jovens senadores começam a tramitar

Serão transformadas em projetos de lei do Senado duas sugestões apresentadas por participantes da edição de 2012 do Projeto Jovem Senador. Uma concede incentivos fiscais, econômicos e creditícios para o desenvolvimento de atividades sustentáveis; a outra trata de atendimento psicológico ou psicopedagógico para estudantes e profissionais da educação. As sugestões foram acatadas ontem pela Comissão de Direitos Humanos (CDH).

Proposta por Ana Cristina Pinho, Danilo dos Santos, Douglas Frezza e Emanoella Silva, a Sugestão 1/2013 obriga a União, estados e municípios a conceder incentivos fiscais e econômicos ao desenvolvimento das atividades de geração autônoma de energia elétrica por meio de

fontes sustentáveis; construção de cisternas para captação e aproveitamento de água pluvial; conservação e recuperação de recursos hídricos; e capacitação de pequenos produtores e trabalhadores. A proposta ainda prevê que as instituições financeiras concedam linhas de crédito facilitado para essas atividades, em parceria com o poder público. A proposta recebeu apoio do relator ad hoc, senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

Já a Sugestão 6/2013, relatada por João Capiberibe (PSB-AP), é de Dieleem Campos, Jaqueline Moro, Wênia Oliveira, Edson Dionizio e Rodrigo Sá. O texto prevê que os psicólogos e psicopedagogos sejam selecionados por concurso público e elaborem plano de trabalho junto com as escolas.



Projetos de jovens senadores tratam de ação sustentável e apoio psicológico

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Silvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Thâmara Brasil

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Em audiência pública na CDR, plano de preservação da capital federal foi duramente criticado por especialistas. Secretário do DF diz que projeto beneficiará a população

Urbanistas veem ameaça de especulação a Brasília

COM MAIS DA metade do texto apresentando pontos imprecisos, nebulosos ou que ferem o tombamento da capital federal, o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB) precisa ser mais debatido — ou retirado de tramitação para dar lugar a uma nova proposta que considere as opiniões da sociedade. Essa foi a tônica da audiência pública de ontem na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), que tratou do projeto em tramitação na Câmara Legislativa do Distrito Federal.

— Não vejo alternativa para esse PPCUB do que ser retirado e fazer uma coisa com “todo mundo na mesa” — afirmou o senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), um dos autores do requerimento para promoção da audiência.

O PPCUB está em análise na Câmara Legislativa desde o ano passado. O pré-projeto passou por audiências públicas e outras instâncias de análise (como o Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal — Conplan), com aprovações polêmicas e questionadas pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT).

Premissa

De acordo com Vera Ramos, diretora de Patrimônio Cultural do Instituto Histórico e Geográfico do DF, pelo texto, quase 70% dos setores que compõem a área tombada de Brasília sofrem algum tipo de



Rollemberg (C) defende participação da sociedade na definição do plano

intervenção. Na opinião da arquiteta, o PPCUB erra por não ser claro, não apresentar mapas com as principais alterações, não dizer o que está proposto e nem o que vai ser modificado, detalhadamente.

— Ele tem um erro de premissa: é de desenvolvimento urbano, não de preservação — destacou Vera.

O professor Benny Schvarssberg, da Universidade de Brasília (UnB), ressaltou que, pelos últimos levantamentos feitos por um grupo que se dedica a estudar o projeto, são cerca de 130 artigos problemáticos, o que representa mais de 50% do teor do projeto.

João Gilberto Accioly, vice-presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Distrito Federal, lembrou que o PPCUB prevê extensões e adensamentos, mas não deixa claro onde estão os estudos que atestam as novas demandas por infraestrutura urbana ou se as alterações de

uso previstas consideraram o aumento do tráfego e da demanda de água e energia. Na opinião dele, a proposta demanda inúmeras alterações, mas algo precisa ser aprovado com certa rapidez.

— Nossa pleito é por segurança jurídica — frisou.

Já o presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil no Distrito Federal, Paulo Henrique Paranhos, apontou a especulação imobiliária como motivadora das mudanças que colocam em risco o tombamento da capital, tema também abordado pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF), o outro proponente do debate, que afirmou crer, em alguns momentos, “que Brasília está à venda”.

O presidente do IAB criticou a forma “atabalhoada” com que a cidade vem crescendo e lembrou que outra proposta tão prejudicial para a capital está prestes a ser aprovada: a Lei de Uso e Ocupação do Solo.

Rollemberg critica plano de preservação urbanística da capital

Ao homenagear o arquiteto Oscar Niemeyer, pela passagem de um ano de sua morte, o senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) fez críticas ao Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília, que foi discutido ontem em audiência na Comissão de Desenvolvimento Regional.

O parlamentar informou que devido a suas críticas e as do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), o governador Agnelo Queiroz voltou atrás e anunciou a retirada de vários dispositivos da proposta.

— Qual a razão de tanta pressa? Por que não retirar esse plano de tramitação para que possa ser analisado juntamente com as entidades que estavam ali presentes? — questionou Rollemberg.

Cristovam lembra Niemeyer e defende reativação dos Cieps



Em discurso ontem, Cristovam Buarque (PDT-DF) lembrou o primeiro ano da morte de Oscar Niemeyer, que

considera o maior arquiteto do Brasil e um dos maiores do mundo. Também ressaltou a ligação entre Niemeyer, o antropólogo Darcy Ribeiro e o ex-governador Leonel Brizola e o papel que exerceram para a melhoria da educação brasileira.

Cristovam citou os Centros de Educação Integral (Cieps), que tinham prédios projetados pelo arquiteto. Os centros, para o senador, “eram uma experiência revolucionária que precisa ser reativada pelo país”.

Senador lamenta morte de Déda e outras “máximas notícias” da semana

Cristovam Buarque disse, na quarta-feira, que a semana trouxe notícias tristes. Uma delas foi a morte do governador de Sergipe, Marcelo Déda, “um homem com princípios e combatividade”.

O senador citou outras notícias ruins: a queda no produto interno bruto (PIB) e o relatório da Organização Transparência Internacional que apontou o Brasil como 72º colocado entre 177 países na percepção de corrupção. Outra má notícia foi o desempenho dos alunos brasileiros no Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa) de 2012. Em um ranking de 65 países, os estudantes do Brasil ocuparam o 58º lugar em matemática, o 55º em leitura e o 59º em ciências.

Excesso de leis imobiliza o Iphan, diz presidente do órgão

Rodrigo Rollemberg apontou a responsabilidade do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), que deveria aumentar a fiscalização e reprovar projetos arquitetônicos e urbanísticos que ferem o tombamento da capital. A presidente da instituição, Jurema Machado, confessou o estado de imobilidade do Iphan diante dos problemas de Brasília, especialmente pelo excesso de leis e normas federais e distritais que regem as construções e pela falta de detalhamento da chamada Portaria 314, com as definições do crescimento da cidade observando o tombamento da Unesco.

— Não se resume à falta de profissionais, mas diz respeito, sobretudo, à falta de normas claras e abrangentes para minimizar as incertezas, desacertos e inseguranças jurídicas — declarou, durante a reunião.

Ela pediu a ajuda dos participantes da audiência para apontar, nos detalhes, o que está no PPCUB e é prejudicial, para, num esforço conjunto, pressionar por melhorias no texto antes de sua aprovação.

Aprovação rápida

Por outro lado, o representante da Secretaria de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano, Rômulo Andrade, afirmou que as propostas mais polêmicas vão ser retiradas do texto, mas apontou a necessidade de aprovação rápida da matéria por necessidade administrativa, para

regularizar situações tanto de uso comercial quanto institucional.

— Concordo que temos que melhorar o projeto para que não provoque as polêmicas que ele provoca — disse.

Porém, ele também defendeu o adensamento populacional no Plano Piloto que o PPCUB estimula, com a maior previsão de usos mistos de áreas, já que a zona central da cidade, segundo disse, vem perdendo população, que está sendo expulsa para dar lugar às atividades econômicas. Ele declarou que isso se coaduna com a proposta original do urbanista Lúcio Costa e trará benefícios como a proximidade das moradias com o trabalho, diminuindo, por exemplo, o tráfego de veículos.

Ministério PÚBLICO

Maria Elda Fernandes Melo, promotora de Justiça de Defesa da Ordem Urbanística do MPDFT, explicou os motivos pelos quais o órgão pediu a suspensão do PPCUB. Ela mencionou a aprovação irregular no Conplan, sem os conselheiros que representavam a sociedade civil, por exemplo. Segundo a promotora, ele nem deveria ter sido enviado para a Câmara Legislativa do DF, por erros de tramitação. Quanto ao mérito, ela disse que o MP não pode opinar.

Pessoalmente, ela se disse preocupada com o adensamento da cidade, com os rumos que estão sendo delineados para Brasília, e conclamou a sociedade a entender o texto e propor mudanças.

Projeto que aprova o PNE será votado com urgência

O projeto (PLC 103/2012) que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) será votado em regime de urgência pelo Plenário na quarta-feira. Romero Jucá (PMDB-RR) explicou ser necessária a urgência porque, se houver alguma emenda ao texto até o fim da discussão no Plenário, será possível dar o parecer sobre a emenda durante a votação.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, informou que durante a semana ocorreram reuniões para simplificar e acertar a votação do PNE.

— É um projeto de interesse público — disse.

Anibal pede free shops formais em cidades fronteiriças

Aníbal Diniz (PT-AC) registrou a realização, hoje, em Rio Branco, do 4º Encontro Anual do Parlamento Amazônico, que discutirá as áreas de livre comércio nas cidades de fronteira. Essas áreas, também conhecidas como free shops, vendem produtos importados com isenção de impostos. O senador destacou a importância dessas áreas para o desenvolvimento da região, como ocorre nas cidades-gêmeas de países que fazem fronteira com o Brasil, principalmente na Amazônia.

Para o parlamentar, é fundamental a formalização das áreas de livre comércio nas cidades fronteiriças brasileiras.

— Vale ressaltar que o fundamental é a gente poder dotar as cidades brasileiras de condições de oferecer produtos nas mesmas condições que as cidades estrangeiras oferecem nas suas áreas de livre comércio. É isso: na realidade, a gente tá querendo condições de competitividade para as cidades brasileiras.



De acordo com a senadora, medida pode ajudar a fortalecer o Mercosul

Ana Amélia comemora liberação de sapatos nacionais na Argentina

Ana Amélia (PP-RS) comemorou notícia divulgada pelo Palácio do Planalto de que a Argentina decidiu suspender as barreiras para a entrada naquele país dos 750 mil pares de sapatos brasileiros que há cinco meses estavam na fronteira, aguardando a liberação do governo Kirchner.

Ela disse que a atuação do ministro do Desenvolvimento, Fernando Pimentel, foi importante para a solução desse impasse, que prejudicava a indústria de calçados, principalmente a gaúcha.

— Acho que essa notícia é alvissareira, especialmente para garantia da manutenção dos empregos — opinou.

Ana Amélia elogiou o esforço de Pimentel e disse que a medida, que permitirá o envio dos calçados para o mercado argentino, irá contribuir para fazer o Mercosul funcionar.

Comissão acata indicações para embaixadas e Unesco

Seguem para Plenário, após aprovação na CRE, os nomes de Cesario Melantonio para representar o país em Cuba, de Alcides Prates para Mianmar e de Eliana Zugaib para delegada na organização

A COMISSÃO DE Relações Exteriores (CRE) aprovou ontem a indicação de embaixadores para representar o país em Cuba, em Mianmar e na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Agora, os três nomes deverão ser submetidos ao Plenário do Senado.

Os indicados são os diplomatas Alcides Prates, para Mianmar; Cesario Melantonio Neto,

para Cuba; e Eliana Zugaib, para ser delegada permanente do Brasil na Unesco, em Paris.

Unesco

Os três foram sabatinados na CRE em reunião presidida por Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE). Com relação à Unesco, Eliana Zugaib explicou que a instituição vive uma crise financeira e um momento de reforma interna.



Indicados são sabatinados na CRE, em reunião conduzida por Jarbas (3º à esq.)

Eliana disse a Ana Amélia (PP-RS) que a contribuição do Brasil à Unesco em 2013 foi de US\$ 4,5 milhões, o que equivale a quase 3% do orçamento total da organização. Questionada por Cristovam Buarque (PDT-DF) sobre como o governo brasileiro poderia ajudar a Unesco a superar a crise, a diplomata respondeu que o Brasil já é o maior contribuinte da instituição, e nos últimos anos apontou aproximadamente com US\$ 600 milhões de recursos extraorçamentários.

— Obviamente que esses recursos foram empregados em projetos de execução no Brasil. Mas suprem de qualquer maneira uma grande parte da atividade da Unesco — disse.

A diplomata acrescentou que o Brasil pode contribuir muito com a Unesco na questão da sociedade da informação e da governança da internet.



Inácio destacou a eleição de Requião para presidir o órgão

Inácio Arruda registra retomada dos trabalhos do Parlasul

Inácio Arruda (PCdoB-CE) comemorou anteontem a primeira sessão deliberativa dos últimos três anos do Parlamento do Mercosul (Parlasul). O senador afirmou que espera que a retomada dos trabalhos dê mais velocidade aos empreendimentos na América do Sul que, além de enriquecer a região, vão tornar o bloco mais democrático.

Inácio destacou ainda a importância de o senador Roberto Requião (PMDB-PR), que foi eleito vice-presidente do Parlasul, buscar a integração não somente comercial, mas também artística, cultural e científica com os demais países-membros do Mercosul.



Senador propõe que o programa seja implementado em etapas

Suplicy defende renda básica para América Latina

Um dos representantes brasileiros no Parlasul, Eduardo Suplicy (PT-SP) voltou a defender a implantação da renda básica de cidadania em todas as nações da América Latina e do Caribe.

O programa, sancionado em 2004, prevê o pagamento de um benefício anual a todos os brasileiros ou estrangeiros que vivam no país há pelo menos cinco anos. No entanto, a renda básica ainda não foi implementada no Brasil, a não ser por iniciativa de algumas prefeituras.

Suplicy lembrou ainda a carta que enviou à presidente da República, com o apoio de todos os 81 senadores, pedindo a criação de um grupo de trabalho para a implantação em etapas.

“Relação com Cuba está em bom momento”

O indicado para a embaixada em Cuba, Cesario Melantonio Neto, disse que as relações diplomáticas com o Brasil são centenárias e passam por um momento positivo, devido às visitas bilaterais, aos financiamentos do Brasil em Cuba e

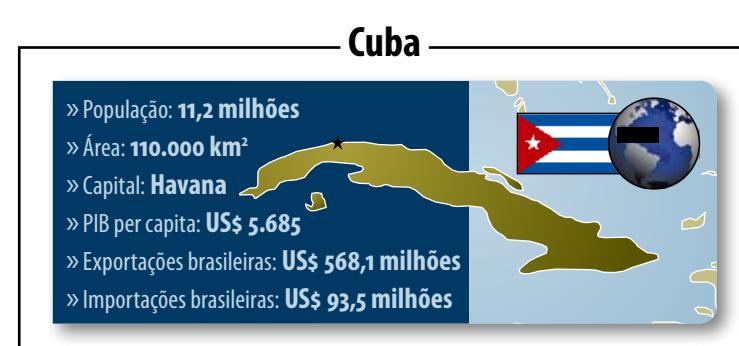
ao Programa Mais Médicos.

— No programa, a tarefa do Ministério das Relações Exteriores se resume à concessão de vistos a médicos cubanos, que está sendo reforçada — disse.

Questionado por Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) sobre o

convênio com a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), que recebe parte do dinheiro pago aos médicos cubanos, o diplomata disse que ela é remunerada por obrigações como elaborar o programa de estratégia de comunicação; estabelecer equipe de gestão, coordenação e participação; e acompanhar os resultados.

Melantonio disse que quer estimular a instalação de empresas brasileiras no Porto de Mariel, em construção em Cuba. Também está sendo construída uma ferrovia em local que abrigará negócios de biotecnologia e outros setores.



Diplomata destaca potencial de Mianmar

O indicado à embaixada do Brasil em Mianmar, Alcides Prates, ressaltou a localização do país, que fica no coração da Ásia, entre China e Índia. Segundo Prates, Mianmar tem vários recursos naturais, como petróleo, gás natural, terras-raras, pedras preciosas, além de potencial hidrelétrico. O país vive um momento de transição política de um regime autoritário para um democrático desde 2011.

Prates disse que há muito interesse do Brasil em relações bilaterais com Mianmar, porque quase tudo lá é subexplorado, exceto gás natural e arroz. Além disso, assinalou que há desafios, pois os caminhos para a democratização estão sujeitos a retrocessos e

há muitos conflitos de origem étnica e religiosa. O principal deles é o da comunidade muçulmana Rohingya, que vive em conflito com a maioria budista do país.

— É o principal problema de Mianmar na área de direitos humanos e um dos principais problemas políticos. A senhora Aung San Suu Kyi [que recebeu o Prêmio Nobel] tem sido muito criticada por não se manifestar sobre esse assunto — afirmou.

Para Prates, o embaixador deve fazer todo o possível para que as resoluções da ONU sobre o conflito sejam cumpridas.

— Aparentemente é insolúvel, mas deverá haver soluções — completou.

